



EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

**RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA**

24 de Junho 2021



EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA
LISBOA - PORTUGAL
SERVIÇOS DE IMPRENSA

DISCURSO
DO PRESIDENTE
JOÃO LOURENÇO
NA REUNIÃO
DO CONSELHO DE
SEGURANÇA DA ONU
SOBRE A RCA

Nova Iorque, 23 Junho de 2021

Íntegra do discurso proferido pelo Presidente angolano, João Lourenço, na reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação na República Centro-Africana (RCA)

Excelentíssimo Senhor Sven Jurgenson, Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

Excelentíssimo Senhor Mankeur Ndiaye, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a República Centro Africana e Chefe da MINUSCA;

Excelentíssimo Senhor Bankole Adeoye, Comissário da União Africana para os Assuntos Políticos;

Senhores Embaixadores

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Permitam-me felicitar o digno Representante Permanente da República da Estônia junto das Nações Unidas, o Senhor Sven Jurgenson, pela sua eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Segurança, para o mês de Junho.

Excelências,

A República de Angola assumiu no dia 20 de Novembro de 2020 o mandato que exerce presentemente, de Presidente da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

Durante os dois anos do seu mandato, Angola pretende dinamizar e fortalecer a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), para fazer face aos desafios da paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento da região, com o apoio dos parceiros bilaterais e multilaterais, nomeadamente da União Africana, da União Europeia e da Organização das Nações Unidas.

O Plano Estratégico da presidência de Angola tem como referência principal o Pacto sobre a Paz, a Estabilidade e o Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos, de 15 de Dezembro de 2006 e orienta-se pelos

princípios do Direito Internacional, nomeadamente a Carta da Organização das Nações Unidas e o Acto Constitutivo da União Africana.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A situação de segurança na Região dos Grandes Lagos, particularmente na República Centro Africana, é caracterizada pela presença activa de grupos armados, dos quais 14 são signatários do Acordo Político de 6 de Fevereiro de 2019, de Paz e Reconciliação na República Centro Africana, sendo que seis deles denunciaram o Acordo.

O governo de Angola reconhece que o apoio internacional é cada vez mais importante agora, para contribuir nos esforços tendentes a garantir a paz e a estabilidade na República Centro Africana.

Aos 29 de Janeiro do corrente ano, realizámos em Luanda, capital da República de Angola, uma Cimeira em formato reduzido da CIRGL sobre a Situação Política e de Segurança na República Centro Africana.

A Cimeira contou com a participação, além de Angola, de Sua Excelência Denis SASSOU-N'GUESSO, Presidente da República do Congo; Sua Excelência o Marechal Idriss Déby ITNO, Presidente da República do Tchad e Presidente em Exercício da Comunidade dos Estados Sahel-Saara (CEN-SAD) como convidado especial; Sua Excelência Faustin Archange TOUADERA, Presidente da República Centro Africana; altos representantes dos Chefes de Estado do Ruanda e do Sudão, assim como o Presidente da Comissão da CEEAC e o Secretário Executivo da CIRGL.

Os Chefes de Estados e de Governo renovaram o seu engajamento para privilegiar o diálogo e a concertação permanente entre os actores políticos e a sociedade civil, com vista a tirar a RCA da crise actual.

Apelaram aos grupos rebeldes a observar um cessar-fogo unilateral e imediato e a abandonar o cerco à cidade de Bangui e voltar para as posições iniciais, bem como a abrir o corredor Douala-Bangui para permitir a livre circulação de pessoas e bens;

Conferiram mandato aos Presidentes em exercício da CIRGL e da CEEAC, para efectuarem as diligências necessárias junto do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o levantamento do embargo de armas imposto à República Centro Africana.

A República de Angola, na sua qualidade de Presidente em exercício da CIRGL e em concertação permanente com as autoridades centro-africanas, desenvolveu consultas político-diplomáticas junto dos Camarões, Congo, Tchad, República Democrática do Congo e Sudão, com o objectivo de recolher e partilhar informações necessárias para facilitar o processo de contactos com os principais actores políticos e militares.

Aos 20 de Abril último, realizou-se em Luanda a segunda Cimeira sobre a situação Política e de Segurança na República Centro Africana, que para além dos Chefes de Estado atrás citados, contou também com a presença do Presidente Paul Kagame do Ruanda e representantes dos Chefes de Estado do Sudão, dos Camarões e da República Democrática do Congo.

Esta Cimeira ficou manchada com a triste notícia recebida em plena reunião, da morte em combate do Presidente da República do Tchad, o Marechal Idriss Deby Itno.

No decorrer dos trabalhos, os Chefes de Estado e de Governo receberam a informação sobre os resultados das consultas político-diplomáticas levadas a cabo pela República de Angola, relativas à situação política e de segurança na República Centro-Africana, que levaram os principais grupos armados a assumir o compromisso de abandonar a luta armada e a aderir ao programa de Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriamento, DDRR.

Em todo este processo, é justo reconhecer o papel desempenhado pelas autoridades do Tchad, que contribuíram grandemente para o sucesso desta missão.

Os líderes políticos congratularam-se com os resultados obtidos e mandataram o Governo da República Centro Africana a levar a cabo a implementação das conclusões dos Chefes de Estado, através de um cessar-fogo para permitir a criação de um clima favorável à paz e à reconciliação nacional.

Na mesma ocasião, os Chefes de Estado e de Governo instaram os grupos armados a não realizarem acções que ponham em causa o cessar-fogo, e apelaram à Comunidade Internacional, em particular a Organização das Nações Unidas, para encorajar os esforços regionais com vista a revitalizar o Acordo Político para a Paz e Reconciliação (APPR-RCA).

Os Chefes de Estado e de Governo decidiram ainda formar uma equipa de trabalho dirigida pelos Ministros das Relações Exteriores da República de Angola e da República do Ruanda para, em colaboração com as autoridades centro-africanas, trabalharem na implementação das recomendações saídas das consultas realizadas com os grupos armados.

Decidiram também engajar os Chefes de Estado e de Governo e os parceiros internacionais na consecução da paz, estabilidade e segurança na República Centro-Africana, no espírito do roteiro do Diálogo Republicano.

É neste quadro que Angola enviou imediatamente o Ministro das Relações Exteriores a Paris, para manter o Presidente Emanuel Macron inteirado dos progressos alcançados e aprovados na Cimeira de Abril, e com igual propósito o Ministro se deslocou a Addis Abeba, onde igualmente informou o Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki.

Senhores Embaixadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nos meses de Maio e Junho, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da República Centro Africana, da República de Angola e da República do Ruanda reuniram-se em três ocasiões em Bangui, para aprovar uma proposta de Roteiro Conjunto para a Paz na RCA, que define as actividades principais a serem desenvolvidas.

Senhores Embaixadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Todos os Estados têm o direito inalienável de criar capacidade própria de se defender de ameaças internas e externas, capacitando as suas Forças Armadas com os homens, armamento e equipamentos à altura das suas necessidades e capacidades, salvo se existirem fortes razões objectivas que levem à comunidade internacional, através do Conselho de Segurança, a cercear-lhe esse direito.

A medida do embargo de armas tomada pelo Conselho de Segurança, que impossibilita o Governo centro-africano de as adquirir, foi tomada numa conjuntura em que era apropriada e necessária naquela altura, bem diferente da actual.

Passaram-se anos e o quadro mudou, não sendo realista considerar que as mesmas razões que justificaram tal medida no passado, ainda prevaleçam na actual conjuntura, se tivermos em conta o facto de que o actual governo foi legitimado nas urnas nas últimas eleições gerais, reconhecidas pela comunidade internacional.

Estaremos a passar uma mensagem errada se a comunidade internacional, que está a trabalhar pelo desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriamento DDRR dos integrantes dos grupos armados, for a mesma a impedir a construção de verdadeiras Forças Armadas, à altura dos desafios do país e da conturbada região.

Numa altura em que o terrorismo internacional transferiu o seu epicentro do Médio Oriente para África, agravado com o facto de se ter decidido pela expulsão dos mercenários e combatentes estrangeiros da Líbia sem que tivessem sido desarmados, acompanhados e repatriados, situação que pode exacerbar a proliferação do terrorismo e incrementar a ameaça à paz e à estabilidade na região do Sahel e dos países da África Central e Austral, é imperioso que os Estados adquiram a capacidade de se defenderem desta ameaça real.

O Exército de mercenários fortemente equipados, que percorreu milhares de quilómetros em direcção à Djamena, teria continuado o seu percurso destruidor caso o Tchad não tivesse investido nas suas Forças Armadas, o que só vem confirmar a tese da necessidade de termos Estados fortes no domínio da Defesa e Segurança.

Enquanto o país conta com a presença dos efectivos da MINUSCA e de outras forças estrangeiras no terreno, é altura de se ajudar a República Centro Africana a formar as suas tropas e equipar com armamento e equipamentos as Forças Armadas, para que comece a caminhar com as suas próprias pernas e esteja em condições de garantir a sua própria defesa e segurança, um dia quando as forças estrangeiras terminarem a sua missão e se retirarem.

Ao mesmo tempo, consideramos importante que as autoridades centro-africanas trabalhem no sentido de neutralizar as forças internas que apostam em deteriorar as boas relações com as Nações Unidas e com influentes membros do Conselho de Segurança, com quem devemos todos trabalhar no espírito de parceria e de respeito mútuo, na defesa da paz e segurança dos nossos países.

É com base em todas estas razões de fundo que a Cimeira de Luanda mandatou os Chefes de Estado de Angola e do Congo, Presidentes em exercício da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), respectivamente, a se dirigirem ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para, em nome dos Estados e dos povos das duas sub-regiões, solicitarem o levantamento do embargo de armas que ainda vigora contra o governo legítimo da República Centro Africana.

Esperamos que o Conselho de Segurança passe a olhar para este dossier com outros olhos, com mais justiça para com um país que se sente amordaçado por uma medida que já não se coaduna com a situação hoje vigente.

Obrigado pela atenção prestada.

Presidente Angolano pede fim de embargo de armas ao Governo da RCA

Luanda - O Presidente angolano, João Lourenço, defendeu esta quarta-feira, em Nova Iorque (EUA), o levantamento do embargo de armas imposto ao Governo da República Centro-Africana (RCA) pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O estadista angolano, que intervinha na reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação na RCA, pediu justiça no tratamento da questão do levantamento do embargo.

Solicitou igualmente o apoio internacional ao Governo daquele país africano, no sentido de equipar as suas forças armadas e criar condições para assegurar a estabilidade interna, depois da retirada das forças de manutenção da paz da ONU.

João Lourenço também deu o ponto de situação do que tem sido feito, sob liderança de Angola, no esforço colectivo de procura da paz e segurança na RCA.

Fez notar que todos os Estados têm o direito inalienável de criar capacidades próprias de se defender das ameaças internas e externas, dotando as suas forças armadas de homens, armamento e equipamento à altura das suas necessidades, salvo se existirem fortes razões objectivas que levem a comunidade internacional, através do Conselho de Segurança, a eliminar esse direito.

Informou que seis dos 14 grupos signatários dos acordos de paz na RCA denunciaram o pacto, acrescentando que o embargo do Conselho de Segurança não se coaduna com a actual

conjuntura e amordaça a capacidade de defesa e segurança do Estado centro-africano, cujas autoridades foram legitimadas nas últimas eleições gerais, reconhecidas internacionalmente.

Vincou que o embargo de armas impede a construção das verdadeiras forças armadas à altura dos desafios do país e da conturbada região, num contexto em que o terrorismo internacional transferiu o seu epicentro do Médio Oriente para a África.

João Lourenço considerou essencial a capacidade própria de defesa devido à situação agravada pela expulsão dos mercenários e combatentes estrangeiros da Líbia, sem que tivessem sido desarmados, acompanhados e repatriados, podendo exacerbar a proliferação do terrorismo e aumentar a ameaça à paz e à estabilidade na região do Sahel e na África Central e Austral.

"O facto de as forças armadas tchadianas terem evitado o avanço à capital Ndjamena prova a necessidade de os Estados terem capacidade própria para se defender", referiu.

Sublinhou ser altura de se ajudar a RCA a formar as suas tropas e equipá-las com armamento, no sentido de começar a caminhar com as suas próprias pernas e garantir a própria defesa e segurança, quando as forças estrangeiras, como a missão da ONU, terminarem a sua missão.

"Consideramos importante as autoridades centro-africanas trabalharem no sentido de neutralizar as forças internas que apostam em deteriorar as boas relações com a ONU e com influentes membros do Conselho de Segurança com quem se deve trabalhar no espírito de parceria e respeito mútuo na defesa da paz e segurança dos países", salientou.

Posição angolana

Na sua intervenção, João Lourenço afirmou que o plano estratégico da presidência angolana durante o mandato de dois anos na CIRGL tem como referência a estabilidade e o desenvolvimento da região dos Grandes lagos, e orienta-se pelos princípios da carta da ONU e da União Africana.

Reconheceu que o apoio internacional é cada vez mais importante para contribuir nos esforços tendentes à paz e à estabilidade na República Centro-Africana.

Falou das duas mini-cimeiras de Chefes de Estado sobre a RCA realizadas em Angola, com exortações aos grupos rebeldes a observar o cessar-fogo e a abandonar o cerco à capital Bangui, bem como abrir o corredor Douala-Bangui para facilitar a circulação de pessoas e bens, visando a paz e a reconciliação.

(ANGOP)++++

SADC assume compromisso na investigação de fármacos

Maputo (Dos enviados especiais) - Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), comprometeram-se, nesta quarta-feira, em Maputo, Moçambique, reforçar as capacidades regionais e nacionais da organização na investigação e produção de fármacos, incluindo o desenvolvimento de vacinas.

De acordo com o comunicado final do encontro da organização, onde Angola esteve representada pelo ministro do Interior, Eugénio Laborinho, em representação do Presidente da República, João Lourenço, exortaram os Estados-Membros da SADC e a Comunidade Internacional a apoiar a proposta de derrogação temporária de certas disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS), para permitir que mais países produzam a vacina contra a Covid-19, de forma a dar uma resposta mais eficiente à pandemia da Covid-19.

Neste sentido, apelaram ainda ao fim do nacionalismo da vacina e à igualdade de acesso por parte de todos os países. Apelaram a Organização Mundial do Comércio (OMC) para finalizar as negociações sobre a derrogação de certas disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS) e agilizar a sua operacionalização.

Exortaram os cidadãos da SADC a continuar a cumprir e a aderir às medidas preventivas contra a Covid-19 e a limitar os

residentes da organização a viajar para os seus países com base na origem e no tipo de vacina que receberam para reconsiderarem as suas posições.

Os estadistas exortaram, igualmente, os Estados-Membros a transpor a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional para as Estratégias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, para fazer face às taxas crescentes de desnutrição, reforçar e alargar a cobertura dos programas de protecção e redes de segurança social.

A Cimeira endossou as recomendações do Relatório do Presidente do Órgão de Cooperação da SADC nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, tendo aprovado o Mandato da Missão da Força em Estado de Alerta da SADC à República de Moçambique, a ser destacada ao abrigo da Força em Estado de Alerta da SADC para o apoio no combate ao terrorismo e actos de extremismo violento em Cabo Delgado.

Os Chefes de Estado e de Governo apelaram os Estados-Membros a continuar a colaborar com as agências humanitárias para continuar a prestar ajuda humanitária à população afectada pelos ataques terroristas em Cabo Delgado, incluindo as pessoas deslocadas internamente.

Os participantes felicitaram a República de Moçambique por se ter prontificado a acolher o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (SHOC) em Nacala, Moçambique, destinado a melhorar a preparação e a resposta regional atempada para situações de emergência.

Reiteraram o levantamento incondicional das sanções impostas à República do Zimbabwe e apoiar o país nos seus esforços no domínio socioeconómico em curso. (ANGOP)+++

Regime das entidades administrativas vai à votação na AN

Luanda - A Proposta de Lei sobre o Regime Geral das Entidades Administrativas Independentes vai à discussão e aprovação, na generalidade, na 11ª Reunião Plenária Ordinária da Assembleia Nacional de Quinta-feira (24).

A Proposta de Lei, de iniciativa Legislativa do Titular do Poder Executivo, visa introduzir no plano institucional um novo modelo de gestão de serviços descentralizados fundados nos princípios do rigor técnico e da neutralidade da actuação administrativa.

Vão igualmente à discussão e votação, na generalidade, a Proposta de Lei que aprova o Estatuto da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) e a Proposta de Lei de Alteração à Lei da Aviação Civil.

A Proposta de Lei que aprova o Estatuto da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), de iniciativa legislativa do Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, pretende introduzir no ordenamento jurídico angolano recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

A proposta, alinhada com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, afigura-se de capital importância para o crescimento e desenvolvimento económico e social do país, bem como para a existência de um sistema de regulação e supervisão do sector da aviação civil, atento ao factor da integração nacional e à circulação de pessoas e bens.

Já a Proposta de Lei de Alteração à Lei da Aviação Civil pretende introduzir alterações estruturantes consideradas imprescindíveis para garantir a inclusão na ordem jurídica angolana de princípios consagrados na Convenção de Chicago - Convenção da Aviação Civil, de 7 de Dezembro de 1944.

Eleição do provedor de Justiça adjunto.

Na mesma reunião plenária, os deputados vão eleger o provedor de Justiça adjunto. A eleição dessa entidade não ocorreu na reunião plenária passada por falta de vacatura do respectivo cargo.

A lei prevê que, em caso de vacatura do cargo de provedor de Justiça adjunto antes do término do seu mandato, o Parlamento designa o novo provedor de Justiça adjunto no prazo de trinta dias.

O grupo parlamentar do MPLA propôs, no quadro do regimento da Assembleia Nacional, o jurista Agualdo Guedes da Costa Cristóvão para candidato ao cargo. (ANGOP)+++

Deputados querem fortalecimento das instituições

Luanda - Os deputados angolanos manifestaram, esta quarta-feira, a necessidade do fortalecimento das instituições para o exercício pleno da cidadania no país.

O posicionamento foi expresso ao longo do debate, no hemiciclo, sobre o "Exercício da Cidadania em Angola enquanto Estado Democrático de Direito", proposto pelo grupo parlamentar da CASA-CE.

De acordo com os deputados, a cidadania, não sendo apenas um direito, é também um dever que deve ser observado e cumprido por todos os cidadãos e instituições públicas, tendo em conta o primado da Lei.

Alexandre Sebastião André, da CASA-CE, proponente do debate, indicou que o exercício da cidadania afigura-se de extrema importância no actual contexto do país. O relatório de fundamentação da CASA-CE faz referência para a necessidade de se rever a legislação sobre o direito de reunião e manifestação.

Por seu turno, a deputada Júlia Ornelas, do MPLA, sugeriu ao proponente para apresentar uma iniciativa legislativa a esse propósito.

Já Lucas Ngonda, da FNLA, entende que é o exercício da cidadania que promove o cidadão à categoria de governante, afirmando que este é, ao mesmo tempo, um cidadão envolvido nos actos de cidadania.

Na óptica do deputado André Mendes de Carvalho, o objectivo da CASA-CE visava clarificar algumas situações do Estado de Calamidade Pública "que limita ou suspende o exercício de alguns direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos".

Entende que tal facto só deve ocorrer declarando os estados de emergência, de sítio ou de guerra, conforme o disposto na Constituição. A UNITA, na voz da deputada Miraldina Jamba, considera que, tendo em vista a realização plena dos direitos dos cidadãos, o Estado é obrigado a promover o exercício da cidadania.

Indicou que, em Angola, a maioria dos cidadãos ainda não usufrui dos direitos políticos, sociais, económicos e culturais na sua plenitude. Apelou ao Executivo para o reforço das condições de trabalho nos hospitais do país, incluindo verbas, de modo a permitir que os profissionais do ramo possam enfrentar, com mais eficácia, a situação que coloca em risco a vida de milhares de cidadãos.

Alcides Sekala, também da UNITA, defende a mudança dos símbolos nacionais, por, no seu entender, se confundirem com as cores do MPLA, bem como a "despartidarização das instituições públicas", para a construção de uma plena cidadania.

Para o MPLA, segundo o deputado Boaventura Cardoso, são evidentes os esforços do Executivo para assegurar o cumprimento e a observância dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

Exemplificou, a propósito, o crescimento exponencial da taxa de electrificação a nível nacional, cujo sector atende mais de dois milhões de habitantes.

Afirmou que, apesar das debilidades do sistema de saúde, foram construídos e equipados centros de hemodiálise, que reduziram a percentagem de pacientes evacuados por junta médica para o exterior do país, que passa para 52 por cento, face aos 92 por cento em 2017.

Boaventura Cardoso avançou que o recém aprovado projecto de simplificação dos actos e procedimentos na administração pública é o corolário da postura assertiva do Executivo face aos problemas dos cidadãos.

Lembrou que o Executivo criou, em 2019, o Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), que já beneficiou

dois mil jovens. Este plano, disse, prevê beneficiar 83 mil cidadãos de forma directa e 243 mil de forma indirecta. O deputado Paulo de Carvalho aproveitou a oportunidade para fazer menção ao facto de desde 2002 ao presente ano, com o fim do conflito armado, se ter aumentado de 2,5 para 10 milhões o número de angolanos com acesso ao sistema de ensino.

Apontou ainda o aumento de docentes 60 mil para 209 mil este ano, e o de salas de aula 20 mil para 93 mil. Segundo o deputado, o Executivo está a fazer um esforço para a inclusão dos angolanos em relação ao direito civil básico.

"No espaço dos últimos quatro anos, foram emitidos seis milhões e 840 mil bilhetes de Identidade, 48 por cento dos quais são de primeira emissão", observou. Contudo, disse, o partido que sustenta o Governo encara com enorme preocupação o facto de ser ainda elevado o número de angolanos a viver em situação de exclusão social.

Notou que, em pior situação, estão os que sofrem com os efeitos da seca, das chuvas torrenciais, do desemprego, viuvez e orfandade.

Registo de nascimento

A deputada Júlia Ornelas, citando dados do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, adiantou que no período de 2017 a Junho de 2021 foram registados cinco milhões 787 mil e 542 cidadãos.

Relativamente ao Bilhete de Identidade, os dados relevam que foram emitidos três milhões 257 mil e 24 bilhetes pela primeira vez nesse mesmo período.

Debate aberto e harmonioso

O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, considerou o debate "harmonioso e construtivo" como um grande exercício democrático.

"Discutimos, abertamente, a proposta que nos foi apresentada pelo grupo parlamentar da CASA-CE. Estamos no bom caminho, o debate foi harmonioso, portamo-nos como verdadeiros representantes do povo e de um órgão de

soberania", exprimiu. Para si, ficou claro que a cidadania não é só um direito, mas um dever que deve ser observado e cumprido por todos os cidadãos e instituições públicas, tendo em conta o primado da lei num Estado democrático de direito.

Apelou aos deputados e aos grupos parlamentares que podem e devem exercer o seu direito de iniciativa legislativa para propor alterações que acharem necessário à Lei. "Se fizermos só discursos ou reclamações e não tomarmos iniciativas legislativas não haverá evolução", alertou. (ANGOP)+++

Ministro de Estado apela a excelência na administração pública

Luanda - O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, apelou, nesta quarta-feira, à cultura da excelência na administração pública para a satisfação dos interesses do Estado e dos cidadãos e reduzir a corrupção.

Adão de Almeida, que discursava na cerimónia de lançamento do projecto de Simplificação de Actos e Procedimentos da Administração Pública (Simplifica 1.0), disse ser necessário substituir a cultura da mediocridade pela da excelência.

Disse que o projecto "Simplifica" propõe a integração de processos e procedimentos entre os vários serviços públicos, sempre que possível, por se constatar que a departamentalização da acção administrativa reduz a eficiência, duplica a intervenção pública e complica a vida do cidadão.

O ministro de Estado acredita que o projecto trará ganhos aos cidadãos e às empresas e contribuirá para uma melhor relação entre o cidadão e a administração pública, por "uma verdadeira parceria social".

A título ilustrativo, afirmou que, a apesar de um inquérito indicar que o Bilhete de Identidade era o documento mais difícil de se tratar, estão por levantar 713 mil BI nas 18 províncias do país, sendo 244 mil em Luanda, provocando prejuízos de perto de USD cinco milhões de dólares.

Digitalização da função pública

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil defendeu a transição digital para imprimir maior celeridade na administração pública, atendendo a extensão territorial e uma população maioritariamente jovem mais familiarizada com as novas tecnologias, e diminuir a corrupção nos serviços públicos.

Declarou que uma aposta séria e estratégica numa administração pública digital é crucial para elevar os padrões de qualidade e de eficiência para competir com as outras nações. O governante espera que o Instituto para a Modernização Administrativa, recentemente criado, seja um catalisador para uma maior digitalização no agir da administração pública e contribua para reduzir a burocracia.

Disse que o excesso de burocracia tem sustentado a lógica do "forjar as dificuldades para vender as facilidades e gerar corrupção". Para Adão de Almeida, o objectivo estratégico de diversificar a economia e incentivar o investimento privado, nacional e estrangeiro ficará seriamente comprometido "se não formos capazes de melhorar a capacidade de prestar serviços públicos".

Salientou que o projecto de reforma se propõe prestar atenção à formação contínua dos funcionários e agentes administrativos e elevar a confiança dos cidadãos.

Sublinhou que o projecto "Simplifica 1.0" poderá ser actualizado com alguma regularidade visando melhorar o desempenho da administração pública e a confiança dos cidadãos, apontando a: "a simplicidade é o último grau de sofisticação", numa citação a Leonardo Da Vinci.

O projecto Simplifica

O projecto SIMPLIFICA 1.0 visa simplificar 32 actos e procedimentos administrativos com elevado impacto na vida do cidadão, entre os quais o processo de aquisição do Bilhete de Identidade, Carta de Condução, Passaporte e licenças.

A medida resulta da aprovação Projecto de Simplificação de Actos e Procedimentos da Administração Pública, pela

Comissão Interministerial para a Reforma do Estado, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço. Em 32 actos que exigiam 291 requisitos, foram eliminados 121, unificados 13 documentos sobre matérias idênticas e transversais; alargados os prazos de validade a 10 documentos e licenças e integrados em entidade única 20 procedimentos antes realizados por serviços diferentes. (ANGOP)+++

Projecto "simplifica 1.0" apresentado ao público

Luanda - O Executivo angolano apresentou, nesta quarta-feira, em Luanda, o projecto de Simplificação de Actos e Procedimentos da Administração Pública (Simplifica 1.0), que visa a modernização e boas práticas na Administração Central e Local do Estado.

Durante o acto, o secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado, Pedro Fiete, frisou que o projecto "Simplifica" vai permitir a reformulação dos actos e procedimentos na Administração Pública, Central e Local, com foco na prossecução do interesse público e na facilitação da vida dos cidadãos e das empresas.

Avançou que o principal desafio do projecto passa por responder adequadamente o nível de exigência dos cidadãos por um serviço público de qualidade e remover os aspectos que ainda tornam a Administração Pública excessivamente burocrática, redundante e pouco eficaz.

Sublinhou que o programa apresenta vantagens que vão ajudar a desburocratizar os serviços públicos, tais como para a obtenção do livrete e o título de propriedade automóvel, que passam a ser doravante unificados.

"A título de exemplo, podemos apontar a unificação do livrete e o título de propriedade automóvel, que passa a ser o Certificado Único de Identificação do Automóvel, e alargamos o tempo de validade do passaporte diplomático de três para cinco anos, assim como eliminamos a exigência da declaração policial em caso de extravio", explicou.

Por seu turno, o secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, mostrou-se satisfeito pela implementação do projecto, adiantando ser uma oportunidade para que as administrações municipais e locais sejam o principal centro de prestação de serviço público por excelência.

"Estamos crentes que o trabalho começa agora e as instituições públicas vão responder os desafios que são lançados a partir deste programa", acrescentou.

Por dentro

O projecto "Simplifica 1.0" visa simplificar 32 actos e procedimentos administrativos com elevado impacto na vida do cidadão, entre os quais o processo de aquisição do Bilhete de Identidade, Carta de Condução, Passaporte e licenças.

A medida resulta da aprovação do Projecto de Simplificação de Actos e Procedimentos da Administração Pública, pela Comissão Interministerial para a Reforma do Estado, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço.

Em 32 actos que exigiam 291 requisitos, foram eliminados 121, unificados 13 documentos sobre matérias idênticas e transversais; alargados os prazos de validade a 10 documentos e licenças e integrados em entidade única 20 procedimentos antes realizados por serviços diferentes. (ANGOP)++++

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

QUINTA - FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2021

Cidadania chega a mais de 5 milhões de pessoas

Mais de cinco milhões de cidadãos sem registo de nascimento no país passaram a dispor do documento no

período entre 2017 e Junho deste ano, revelou ontem, em Luanda, a deputada da bancada parlamentar do MPLA Júlia Ornelas.

Ao intervir na 10ª Plenária Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da IV Legislatura da Assembleia Nacional, que abordou "O exercício da cidadania em Angola enquanto Estado democrático e de direito", uma iniciativa da CASA-CE, a deputada acrescentou terem sido ainda emitidos, pela primeira vez, no mesmo período, mais de três milhões de Bilhetes de Identidade.

Ainda nesta senda, de acordo com o deputado Paulo de Carvalho, da mesma bancada parlamentar, havia, em 2019, nove milhões de angolanos sem registo de nascimento. Mas, neste momento, sublinhou, a estimativa aponta para uma redução de nove milhões para mais de três milhões sem o documento. "Nos últimos dois anos, foi feito um sério esforço para aumentar a inclusão civil dos angolanos", frisou.

Em relação aos direitos sociais e económicos, Paulo de Carvalho destacou dois aspectos que considerou fundamentais. Tratam-se da inclusão escolar e financeira. No que à inclusão escolar diz respeito, o deputado referiu que desde o fim da guerra, em 2002, o número de angolanos com acesso à escola até ao nível secundário aumentou de dois milhões e meio para dez milhões no ano passado e o número de salas de aula de 20 mil para 93 mil.

"Neste momento, estima-se que ainda haja mais de dois milhões de angolanos sem acesso à escola", disse o deputado, para quem é necessário apostar seriamente na qualidade do ensino. Paulo de Carvalho salientou haver uma taxa de bancarização de 49 por cento, um valor que disse assinalar a boa aposta do Executivo no que diz respeito à inclusão financeira dos angolanos.

"Dispomos, hoje, de 25 bancos comerciais, com 1403 agências bancárias e estão emitidos mais seis milhões cartões multicaixas, sendo 75 por cento activos", realçou. Diferente de

2004, em que apenas dois por cento da população dispunha de cartão multicaixa, o deputado adiantou que essa percentagem aumentou, hoje, para 4,3 por cento da população economicamente activa.

CASA-CE propõe alteração da lei das manifestações

A CASA-CE, proponente do tema "O exercício da cidadania em Angola enquanto Estado democrático e de direito", defendeu a alteração da Lei sobre o direito de reunião e manifestações.

No relatório sobre o assunto em análise, lido pelo deputado Alexandre Sebastião André, consta que nas vestes em que este direito se apresenta, urge a necessidade de inovar o seu regime jurídico, quer por via da revisão ou revogação dos diplomas legais em vigor sobre a matéria, quer por via da concepção de um novo instrumento jurídico, cuja tarefa, como sublinhou, cabe aos representantes do povo.

"Nada proíbe a Assembleia Nacional de o fazer, accionando a Constituição, sem prejuízo deste órgão representativo do povo angolano autorizar o Governo a fazê-lo", aclarou. Sobre este assunto, MPLA disse estar de acordo, mas desafiou a CASA-CE a apresentar uma iniciativa legislativa no sentido. "A cidadania agradece", descreveu a deputada Júlia Ornelas.

A plenária ficou marcada pelo número de participação de deputados no debate. Neste quesito, o deputado da FNLA, Lucas Ngonda disse tratar-se de um tema permanente e inesgotável.

Para a UNITA, a questão da cidadania está essencialmente ligada à democracia e quando se fala dela fala-se dos valores, das instituições, do desempenho dos cidadãos neste sistema político. Ruben Sicato disse serem dois os valores essenciais da democracia: a liberdade e igualdade.

"E deles resultam uma série de atributos que fazem funcionar uma democracia", realçou. Para o deputado Benedito Daniel, do PRS, ao longo de séculos, a cidadania tem sido exercida pelos diversos regimes, tendo se tornado objecto de discussão de forma natural, desde a idade antiga. (J.A)++++

Regulados benefícios fiscais para a Refinaria de Cabinda

O secretário do Estado para o Petróleo e Gás, José Alexandre Barroso, visitou, no início da semana, o local onde está a ser construída a Refinaria de Cabinda, cujas obras decorrem de acordo com o cronograma de implementação, tendo afirmado, na ocasião, que o ritmo de construção permite comprovar que em meados de 2022 a refinaria será inaugurada e entrará em funcionamento, isso numa altura em que o Estado aprovou o pacote de benefícios fiscais do investimento.

O projecto, cujas obras de construção, a cargo da OEC - Engenharia e Construção, decorrem de acordo com o inicialmente acordado entre as partes envolvidas, acaba de ver aprovado o pacote de incentivos fiscais a que tem direito, no âmbito da Lei do Investimento Estrangeiro.

Este pacote de incentivos - que permite ao Estado angolano reforçar a atracção do investimento estrangeiro - contempla mecanismos de aplicação de impostos de forma faseada, formas aceleradas de amortização e reintegração, dispensa de retenção na fonte e estabelecimento de cláusulas de estabilidade.

Consequentemente, e segundo os seus promotores "é um factor determinante para que a construção da Refinaria de Cabinda e a sua entrada em funcionamento estejam já asseguradas, evitando qualquer deslize no projecto inicialmente aprovado pelo Governo de Angola".

Dos incentivos fiscais aprovados pelo Decreto Presidencial, agora publicado, constam, entre outros, a redução em 90 por cento da taxa do imposto industrial, por um período de 15 anos; a isenção do pagamento antecipado sobre as vendas em sede de Imposto Industrial também por um período de 15 anos; e a redução em 90 por cento, pelo mesmo período, do imposto sobre a Aplicação de Capitais.

A Refinaria de Cabinda está também isenta do pagamento do Imposto Predial por um período de 12 anos; do IVA na importação de materiais, equipamentos e maquinarias que se

destinem exclusivamente à execução das suas operações durante a fase de investimento (primeiros cinco anos do projecto). A empresa proprietária da Refinaria de Cabinda está também dispensada da auto-liquidação do IVA, durante 15 anos, relativamente aos serviços especializados contratados a sujeitos passivos não residentes ou sem domicílio fiscal em Angola, constantes da lista pré aprovada pela AGT, e isenta da retenção na fonte para os recebimentos pagos a título de taxa de processamento do crude (tooling fee) pela Sonangol ou outros agentes económicos a quem prestam serviços por um período de 15 anos.

Ainda de acordo com o decreto presidencial que aprovou este pacote de incentivos fiscais, o Estado obriga-se a não expropriar, confiscar ou praticar qualquer acto que, directa ou indirectamente, inviabilize ou afecte negativamente a execução do projecto, salvo nos casos de manifesto desvio dos fins para os quais foi concebido e que justifica a concessão dos presentes benefícios fiscais.

A Refinaria de Cabinda assume-se como um projecto que visa, sobretudo, "acrescentar valor à cadeia de produção do petróleo angolano e contribuir para a dinamização e diversificação da economia nacional, quer através do aproveitamento integrado dos seus recursos, quer da criação de empregos directos e indirectos na região de Cabinda", sublinham também os promotores.

Propriedade da empresa angolana Cabinda Oil Refinery Lda, que pertence em 90 por cento à Gemcorp e em 10 à Sonaref através de uma holding sediada em Malta, a Refinaria de Cabinda está a ser construída com base numa estrutura de "project financing" inovadora em Angola, com recursos financeiros 100 por cento privados e sem nenhuma garantia do Estado. (J.A)++++

Indústria traça linhas para a cadeia produtiva da mandioca

O Ministério da Indústria e Comércio (MINDCOM) quer fomentar o processo de industrialização e comercialização da

mandioca como um produto versátil e de ampla utilização na alimentação humana, animal e para uso na Indústria, tornando Angola um País líder da cadeia produtiva da Mandioca e seus derivados a nível continental e mundial.

Esta visão vem reflectida numa nota de boas-vindas do ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, dirigida as personalidades que vão participar do 1 Congresso Internacional da Mandioca, a decorrer nos dias de amanhã e sábado, em Malanje, noticiou a Angop.

De acordo com o ministro Victor Fernandes, este evento representa um fórum de extrema relevância na medida em que apresentar-se-á uma radiografia global das principais zonas de maior produção nacional da mandioca, oportunidades de financiamento da sua cadeia de valor, da agro-industrialização deste tubérculo, comercialização, com incidência na transformação em subprodutos com impacto no circuito de comercialização de Angola e a sua exportação.

Refere ainda que o presente Congresso Internacional da Mandioca está alinhado com a medida 6,9 e 10 do Plano Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural (PIDCR), especialmente no tocante a promoção dos produtos nacionais, alinhamento da importação de bens alimentares com a oferta nacional, bem como o incentivo à compra de produtos nacionais.

"No essencial, entre muitos objectivos, queremos promover a produção, a industrialização e a comercialização da mandioca como um produto versátil e de ampla utilização na alimentação humana, animal e para uso na indústria, tornando Angola um País líder da cadeia produtiva da Mandioca e seus derivados a nível continental e mundial", ilustra o governante.

Empoderar as famílias

Segundo Victor Fernandes, outra pretensão é empoderar as famílias camponesas aumentando a sua renda, mitigando os índices de pobreza das nossas populações; proporcionar um ambiente de negócios que atraia maiores oportunidades de investimento privado.

"Auguramos também dispor das linhas de financiamentos da cadeia de valor da mandioca, particularmente de instituições como o Banco de Desenvolvimento de Angola - BDA, Fundo Activo de Capital de Risco - FACRA, Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial - PDAC; Projecto de Apoio ao Crédito - PAC e outros de interesse dos produtores; bem como potenciar a oferta de exportação e consequente captação de divisas", contextualiza o ministro.

Cita ainda que, além da intenção de redimensionar o Parque Industrial Rural (PIR) de Cacuso, em Malanje, e habilitá-lo no curto prazo de valências para ser uma experiência de sucesso na estratégia do desenvolvimento da cadeia da Mandioca, é pretensão do seu pelouro estruturar a possibilidade legal de introduzir até 30 por cento da farinha da mandioca como parte integrante da matéria-prima na produção do pão e outros produtos de natureza pasteleira.

O Congresso Internacional da Mandioca conta com a participação de distintos departamentos ministeriais e demais Instituições Públicas; Governos Provinciais; Representações Comerciais de Angola no Exterior; Associações Empresariais; Banca Comercial; Universidades Públicas e Privadas; Parceiros Internacionais com destaque a FAO, UNCTAD, União Europeia; União Africana; Banco Mundial, EMBRAPA e outros parceiros locais.

Organizado pelo Ministério da Indústria e Comércio (MINDCOM) em parceria com o Governo Provincial de Malanje, o evento contará ainda com a participação de distintos empresários do agronegócio, agricultores, organizações internacionais e personalidades ligadas ao mundo académico.

Entre os distintos painéis de abordagens destacam-se temas como "Promoção e Aceleração do Desenvolvimento industrial Sustentável e Inclusivo", a "Visão da FAO para impulsionar a mandioca como alimento do século 21", a "Estratégia da UA na dinamização do desenvolvimento da Agricultura", bem como as "Medidas de Política do Executivo

Angolano voltadas a aceleração e valorização da agricultura familiar". O evento será realizado em formato presencial e via zoom. (J.A)++++

Jornalistas actualizados sobre os ramos das FAA

Os jornalistas participantes do Curso de Defesa Nacional para os profissionais da comunicação, promovido pelo Instituto afecto ao Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria, realizaram, terça-feira, uma visita de estudo às instalações da Base Naval da Marinha de Guerra Angolana (MGA), em Luanda.

Durante a visita, os formandos assistiram a uma conferência sobre os marcos da edificação das FAA, tomaram conhecimento das várias etapas do processo que culminou com a institucionalização das Forças Armadas, a 9 de Outubro de 1991, bem como colherem informações sobre os valores patrióticos da Nação.

Ao esclarecer os objectivos da visita de estudo à Base Naval da Marinha de Guerra, Hélder Cafala, director-adjunto do Instituto de Defesa Nacional, disse ser imperativo a realização de aulas práticas de conhecimento da nova visão da organização das Forças Armadas.

"Quisemos, com esta aula prática, apresentar aos profissionais da comunicação a estrutura e funcionamento e a visão do Ministério da Defesa e Veteranos da Pátria, bem como das Forças Armadas. A visita enquadra-se nas actividades de apresentação da nova visão da organização e funcionamento das estruturas da Marinha", sublinhou.

Recorde-se que os jornalistas e profissionais da comunicação frequentam, desde o dia 15 deste mês, no Museu das Forças Armadas, uma formação de dez dias sobre matérias nos domínios da Ciência Política, Relações Internacionais, Estratégia e Segurança e Defesa Nacional. (J.A)++++